

La Historia de la Familia en la Península Ibérica (ss. XVI-XIX). Balance y Perspectivas.
Homenaje a Peter Laslett

UCLM, Albacete, 2003

Bases de dados genealógicas e História da Família em Portugal **Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade)¹**

1. INTRODUÇÃO

As questões metodológicas sempre assumiram um lugar de destaque na Demografia Histórica. O seu nascimento, em meados dos anos 50, apareceu associado a um tipo particular de fontes, os registos paroquiais, e ao desenvolvimento de uma metodologia específica para a sua exploração, o método de reconstituição de famílias de Fleury-Henry, que possibilitava a análise demográfica para períodos anteriores aos recenseamentos modernos. Pelos anos 70, Peter Laslett e o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, apresentam uma outra vertente da demografia, explorando outro tipo de fontes, as listas de habitantes, e desenvolvendo trabalho pioneiro sobre a composição do grupo doméstico. O contributo destas propostas significou uma autêntica revolução no campo da História, à importância dada ao quantitativo, às metodologias de rigor, aliava-se o interesse pelas massas humanas, pelos “esquecidos da História”.

Em Portugal, sob a orientação de Virgínia Rau, iniciou-se nos anos 50 um projecto de levantamento da informação paroquial, sem reconstituição de famílias, com o objectivo de encontrar ritmos de evolução da população, de sazonalidade dos eventos, de proporções de ilegítimos, de expostos, de identificação de personagens ilustres, de artífices, mendigos ou escravos, do qual resultou o trabalho pioneiro de Maria de Lurdes Akola Neto (1959).

Alguns anos mais tarde, com o estudo da paróquia de Rebordãos no Nordeste transmontano iniciou-se a formulação de uma metodologia de exploração de registos paroquiais adaptada à realidade portuguesa (Amorim,1973). Se as especificidades das fontes portuguesas, particularmente a irregularidade na transmissão dos apelidos, forçaram algumas opções originais, o maior contributo desta metodologia é, claramente, o **enfoque no indivíduo**. Ao contrário da metodologia francesa que se centrava na história reprodutiva de cada casal, procurou-se inicialmente reconstituir as famílias em

¹**Autores:**

Maria Norberta Amorim(namorim@neps.ics.uminho.pt), Margarida Durães (margaridad@ics.uminho.pt), Antero Ferreira (anteroferreira@neps.ics.uminho.pt); Tel. 253510579 Fax. 253510579

encadeamento genealógico e com o trabalho *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico* (Amorim,1992), começou-se a acompanhar o percurso de vida de cada indivíduo dentro de uma comunidade ou de uma região mais ou menos alargada, identificando-o a partir da sua inserção familiar.

A este propósito recordemos uma curiosa afirmação de Dupâquier, em *Pour la Démographie Historique*, perfeitamente ajustada ao raciocínio que atrás desenvolvemos: “L’ étude n’est nominative qu’au stade de dépouillement et de la constitution des fiches de famille. Une fois opéré le couplage des données, ces fiches ne constituent plus que des unités statistiques; elles son traitées alors comme des éléments de base anonymes et indépendants les uns des autres.» (Dupâquier, 1984:120)

Se recordarmos o título desta comunicação, “*Bases de dados genealógicas e História da Família*”, logo nos apercebemos como a metodologia de reconstituição de paróquias ultrapassou este paradoxo. Partindo do cruzamento dos registos de baptizados, casamentos e óbitos, ela tem como último objectivo acompanhar o percurso de vida de cada residente em encadeamento genealógico. As bases de dados assim constituídas são passíveis de cruzamento com qualquer outro tipo de fonte nominativa que aos mesmos indivíduos se reporte.

Esta evolução metodológica não pode ser dissociada da evolução da tecnologia informática que permite o tratamento dos grandes volumes de informação envolvidos. As actuais potencialidades dos Sistemas de Gestão de Bases de Dados Relacionais possibilitam um maior rendimento do trabalho e tornam o historiador demógrafo mais ambicioso, levando-o a romper com as barreiras cronológicas tradicionais da disciplina ao permitir-lhe alcançar nas suas investigações o presente das comunidades em análise. Por outro lado, abrem estimulantes perspectivas para o cruzamento inter-paroquial, tendendo para a formação de uma base de dados central.

Apoiados na metodologia de reconstituição de paróquias, muitos investigadores ligados ao Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho (NEPS), independentemente da sua especialização científica, procedem ao levantamento dos registos paroquiais das comunidades que estudam. Deste modo o NEPS vai acumulando um valioso património: as bases de dados genealógicas, informatizadas, de um grande número de paróquias que podem ser consultadas no seu *site* (www.eng.uminho/neps). O próximo passo, a integração destas várias bases de dados paroquiais numa fonte única de informação fiável e actualizada, uma base de dados central, é uma das principais ambições do NEPS. Estão em fase avançada os testes para

integração numa só base de dados de doze paróquias da ilha do Pico e, de seguida, de outras doze paróquias do concelho de Guimarães.

Se estes desenvolvimentos permitem importantes avanços no aprofundamento da análise demográfica, particularmente no campo da mortalidade em que o indivíduo se apresenta isolado, ou ainda no da pequena mobilidade ao poder perseguir a história dos indivíduos nas paróquias vizinhas, é pelo cruzamento dessas bases de dados com outras fontes nominativas que um maior aprofundamento é conseguido, tanto no plano demográfico, como no plano da História da Família, da História Social ou de outras ciências históricas.

O trabalho com fontes paroquiais gera, sem dúvida, alguma insatisfação. O investigador que conseguiu reconstruir o percurso vital e os laços familiares de uma multiplicidade de indivíduos de uma comunidade, sente-se frustrado ao ver o seu trabalho reduzido a uma série de análises sobre a fecundidade, nupcialidade e mortalidade. Sente que tem em mãos um material riquíssimo, onde percebe a vida a pulsar, não a conseguindo contudo apreender verdadeiramente. Uma análise numa perspectiva diferencial pode ser impossível, pois na maior parte dos casos não dispõe de referências sistemáticas às profissões dos indivíduos; o sub-registo da mortalidade infantil cria um “buraco negro” em algumas das suas análises; a mobilidade de curta ou longa distância é outro fenómeno que dificilmente pode apreender; escapam-lhe uma série de análises pois não tem forma de conhecer o total efectivo da população num determinado momento.

A base de dados que temos entre mãos, forçosamente com as suas lacunas, tem uma imensa virtualidade: representa uma sólida base de trabalho, onde estão identificados a maioria dos indivíduos de uma comunidade, capturados em alguns dos seus actos vitais, com a reconstituição de grande parte dos seus laços familiares. Temos em mão um *puzzle* onde faltam muitas peças, mas onde se começa a entrever uma imagem. Onde vamos procurar o resto das peças? Como as identificamos? A chave está no **nome**, no cruzamento nominativo.

Na verdade a totalidade das limitações que referimos no parágrafo anterior não têm a ver com a metodologia utilizada, mas sim com a qualidade da fonte e as condições em que ela é produzida. Na medida em que o indivíduo que descobrimos nos registos paroquiais, algum dia pagou um imposto, fez um testamento ou uma doação, foi julgado em processo civil ou religioso, ocupou qualquer cargo na administração da sua comunidade, solicitou um passaporte, participou em alguma eleição ou prestou

serviço militar, o seu nome vai surgir em qualquer uma destas fontes. E quando surgir esse nome, essa referência, provavelmente vai-nos fornecer informações que não existiam no registo paroquial: a sua profissão, os seus rendimentos, o seu comportamento moral e cívico, até simplesmente que estava vivo em determinada data.

Estas pequenas descobertas tem um valor intrínseco, alguma informação sobre um indivíduo, por menor que seja... Mas não passam de pequenas peças de um *puzzle*... Ao encaixá-las na base de dados que constituímos passam a valer muito mais, ganham novos sentidos por pertencer a um conjunto e dão novos sentidos a esse conjunto!

As listas com o levantamento completo de residentes, se existem, podem oferecer, por si só, imediata informação sobre o volume da população num momento dado e permitir, havendo referência às idades, uma análise da estrutura da população. No entanto, em Portugal, essas listas não são frequentes para o período anterior aos recenseamentos modernos. As listas mais generalizadas, os róis de confessados, não foram classificados como património documental obrigado à recolha em arquivos públicos, como o foram os registos de nascimentos, casamentos e óbitos, e só em casos raros podemos encontrar róis de confessados nesses arquivos. Os exemplares hoje existentes encontram-se geralmente dispersos pelos cartórios paroquiais. Em si próprios, trata-se de documentos de enorme valor patrimonial, cujo interesse científico aumenta em cruzamento com uma base de dados demográfica. Mesmo que nos róis não sejam referidas as idades, a identificação de cada arrolado, a partir do cruzamento com a base de dados demográfica, pode permitir conhecer a estrutura etária da população no momento considerado. Se o historiador demógrafo reconstituiu uma paróquia e sobre a mesma dispõe de uma lista de residentes, com referência ou não às idades dos mesmos, terá ao seu alcance as possibilidades das análises mais imediatas, próprias da Demografia Contemporânea, desde o conhecimento da dimensão da população ao traçado da respectiva pirâmide de idades, passando pelo cálculo das taxas brutas de natalidade, nupcialidade ou mortalidade. Mas outras possibilidades se lhe oferecem. Além de poder acompanhar a história de vida dos casais, aprofundando a evolução do fenómeno da transição de uma fecundidade próxima da natural para uma fecundidade controlada, com análise dos comportamentos diferenciais segundo o respectivo estatuto social, se dispõe de uma série anual de róis de confessados pode mesmo dispensar as convenções de marcação de fim ou início de observação para os indivíduos migrantes e situar rigorosamente a sua saída ou entrada e aprofundar os fenómenos da Mobilidade e da Mortalidade, com possibilidade de calcular a esperança de vida a cada idade de

forma rigorosa. Se, além de uma série contínua de róis de confessados, se dispõe para o mesmo período de registos de passaportes e domina o problema do mercado matrimonial, poderá mesmo, em relação à Mobilidade, distinguir emigração legal e emigração clandestina.

Mas o cruzamento de fontes sobre as bases de dados demográficas não serve só a Demografia Histórica. Sobre o passado das gerações que viveram nos alargados quatro séculos que nos precederam, outras disciplinas históricas podem perspectivar um novo desenvolvimento em abordagens micro, não só a História da Família, mas também a História Económica, a História Social, a História Cultural. A Biodemografia e a Genética podem também encontrar alicerces nas bases de dados demográficas construídas com metodologias de rigor.

Se entendermos que a transmissão do património é o aspecto fundamental do qual depende a composição dos grupos domésticos e das estruturas familiares, também teremos de considerar os testamentos e as restantes escrituras jurídicas utilizadas para regular a sucessão e a herança como fontes privilegiadas para o estudo das questões que aqui nos ocupam.

Através dos testamentos podemos aceder à composição do grupo doméstico em dois momentos distintos: no primeiro, ou seja, no momento em que o testador redige a sua última vontade, temos a imagem da composição do grupo doméstico que com ele habita, já que existe uma preocupação, por parte da maioria dos testadores, de referir todos os elementos da família bem como os sentimentos de amor e gratidão que o une a cada um deles; no segundo, ou seja, após a morte do testador, possuímos, através das determinações estipuladas quanto à sucessão e repartição da herança, a forma como o grupo doméstico se deve refazer e organizar.

Quando, para uma mesma família, possuímos para diferentes períodos, vários testamentos ou qualquer outro tipo de escritura que regula a repartição do património poderemos também obter a imagem dos ciclos familiares. Estes decorrem não só das solidariedades, tensões e conflitos que possam existir entre os diversos membros pertencentes ao grupo doméstico mas também dos nascimentos, casamentos e óbitos registados no seu seio.

Traçadas as grandes linhas da evolução da Economia para os últimos séculos, restará compreender a relação quotidiana das populações concretas, das famílias concretas, dos indivíduos concretos, com os recursos que o seu meio lhes oferecia. Em investigações recentes (Amorim,2003) cruzaram-se dados das matrizes prediais

relativas à penúltima década do século XIX, organizadas por freguesia, com as bases de dados demográficas respectivas, relacionando caso a caso os fogos domésticos e as propriedades rústicas que lhes estavam adstritas. Se as matrizes prediais em si permitem calcular o somatório dos recursos parcelados pelos diferentes proprietários, identificar os espaços produtivos das freguesias, os géneros cultivados, a categoria da produção, os rendimentos respectivos em géneros e em numerário e a matéria colectável, o cruzamento com as bases de dados demográficas permite avaliar os enquadramentos de sobrevivência em comunidades rurais com formas tendenciais de auto-subsistência. Para períodos mais recuados o cruzamento da propriedade tombada com paróquias reconstituídas e investigação no terreno podem permitir interessantes conclusões sobre a reprodução secular da propriedade, como o demonstrou Elza Carvalho (1999) num trabalho sobre uma comunidade de Basto. Outras experiências estão a ser desenvolvidas sobre o mundo urbano cruzando documentação fiscal, espólios de confrarias e arquivos de empresas com bases de dados demográficas.

Em grande parte subsidiária da História Económica, a História Social tem demorado a encontrar o seu próprio rumo. Uma via sólida de desenvolvimento pode passar pelas bases de dados demográficas. Numa abordagem micro em História Social, a noção de comunidade é uma noção básica. Relacionando comunidade com meio ambiente, com bens apropriados e equipamentos colectivos, com parentesco e sentimentos de pertença, resta delimitar esse espaço onde um grupo de pessoas encontrou condições mínimas de sobrevivência, sociabilidade e reprodução. Essa delimitação não é apriorística. Embora se evidencie entre os historiadores a tendência para considerar a paróquia/freguesia como unidade de análise, tendência que decorre em parte dos constrangimentos das fontes analisadas, o levantamento dos laços de parentesco, a par da relação família-propriedade, podem evidenciar comunidades distintas numa mesma freguesia. As bases de dados demográficos, embora organizadas a nível de paróquia/freguesia, permitem identificar o lugar ou o conjunto de lugares onde as condições de afirmação do grupo se verificaram. Delimitado o espaço privilegiado para a micro-análise social, identificada a comunidade, o cruzamento de fontes diversas sobre as bases de dados demográficas pode conduzir a um conseguido aprofundamento sobre as formas de sociabilidade que permitiram a sobrevivência e reprodução do grupo. Os tombos, as listas fiscais, as matrizes prediais, os recenseamentos eleitorais, a informação notarial, esta com testamentos, escrituras de venda, doações, o espólio de sindicatos, a documentação de empresas, são apenas

alguns exemplos de fontes nominativas com possibilidade de cruzamento com as bases de dados demográficas, enriquecendo os nossos conhecimentos sobre o percurso de vida das pessoas em causa e as formas de sociabilidade do grupo.

Embora a História Cultural pareça afastada da Demografia Histórica, não se passa assim se o investigador visa uma aproximação às vivências culturais das gentes que as fontes tradicionais ignoram. Em período pré-estatístico são muito escassos os nossos conhecimentos sobre as destrezas, hoje elementares, de leitura e escrita. As assinaturas dos intervenientes nos actos registados, particularmente nos casamentos e baptizados, se identificados esses intervenientes no contexto paroquial, pode permitir uma nova compreensão dos hábitos culturais das populações dos séculos XVIII e XIX, como teve ocasião de demonstrar Justino Magalhães (1994).

Em termos de História da Família, a privilegiar tradicionalmente as abordagens micro, as bases de dados demográficas posicionam-se cada vez mais como incontornáveis. Não são só as questões sobre a dimensão da família, a idade ao casamento, os comportamentos diferenciais, as concepções pré-nupciais, os nascimentos fora do casamento, os casamentos consanguíneos, a homogamia social, a endogamia ou a exogamia geográficas, que interessam ao historiador da família e cujas respostas podem ser encontradas nas bases de dados demográficas. São também os problemas da propriedade, da reprodução social da família, da formação dos grupos domésticos, da proximidade da parentela, dos compadrios, e muitos outros problemas que encontram esclarecimento no cruzamento de fontes sobre essas bases, como testemunhou claramente Ana Sílvia Scott (1999).

Estudos sobre elites, sobre grupos profissionais, estudos de género, de crianças, de migrantes, de marginais, de escravos, podem sedimentar-se em análises quantitativas se recorrerem às bases de dados preparadas pelas metodologias da Demografia Histórica.

Para a Biodemografia e para a Genética a reconstituição de paróquias constitui um desafio ou mesmo uma esperança de futuro. Investigações actualmente em curso no campo das doenças hereditariamente transmissíveis poderão ter efeitos práticos, além do interesse científico.

O trabalho sistemático de organizar a informação deixada pelos párcos, reconstituindo as paróquias e acompanhando em encadeamento genealógico o percurso de vida dos que viveram nos últimos quatro séculos, é um trabalho delicado, moroso, com algumas exigências técnicas, mas de inegável importância científica que se vai

tornando apaixonante, para distintas gerações de investigadores. Aos idosos, cultos e menos cultos, agradam as genealogias, o conhecimento das raízes, uma nova abordagem de história local. Aos jovens agrada uma aproximação diferente ao passado, agrada o palpitar da vida e da morte de homens sem história que sustentaram o mundo que é hoje o seu.

Estudos de Caso:

Apresentamos de seguida dois ensaios de cruzamento de fontes nominativas em diferentes épocas (século XVIII e século XIX) e em espaços também distintos: a cidade de **Guimarães** no Norte de Portugal, um ambiente com características urbanas, com uma grande diversidade social e uma grande instabilidade da população residente, e a paróquia de **S. João**, na ilha açoreana do Pico, rural, mais estável, e onde as estratégias de reprodução social vão conseguindo manter o estatuto dos indivíduos ao longo das gerações.

As fontes que utilizamos neste trabalho, apesar de separadas por cerca de um século e das suas especificidades, têm essencialmente a mesma natureza. Nos dois casos foram usados róis de confessados e fontes fiscais (rol da décima no caso de Guimarães, matrizes prediais no caso de S. João).

O **rol de confessados** é uma lista de todos os residentes na paróquia com idade superior a 7 anos, distribuídos pelos fogos a que pertenciam e organizada por ruas e lugares. Era realizada pelo pároco por altura da Quaresma, com o objectivo de registar o cumprimento dos preceitos religiosos associados a este importante período do calendário religioso católico. Encontramos nesta lista os nomes completos dos indivíduos casados ou viúvos e dos solteiros isolados ou cabeças de fogo. Os dependentes solteiros são identificados apenas pelo seu nome próprio. Os membros da família são sempre apresentados hierarquicamente em relação ao indivíduo cabeça de fogo. Trata-se de uma fonte privilegiada para a História da Família já que nos permite alcançar com muito rigor a composição da unidade familiar e a sua localização espacial.

Na análise desta fonte, a maior dificuldade do investigador é identificar o que o redactor paroquial entende por “fogo”. Em análises anteriores já se alertou para a incorrecção que implicava estudar a estrutura familiar através dos róis de confessados, anteriores ao último quartel do século XIX, sem identificar as famílias e sem considerar como co-residentes parentes próximos referidos a fogos contíguos (Amorim, 1995).

Habitualmente o pároco qualificava como fogo a unidade contributiva e não a unidade de residência, pois verificou-se que famílias que nos apareciam em *fogos* separados viveriam, muito provavelmente, em comunhão na mesma residência (Ferreira, 2001). Nos dois casos em análise neste trabalho, graças ao rigor dos redactores paroquiais, encontramos a fonte organizada por unidade de residência, sendo possível distinguir as várias unidades contributivas nos casos em que co-existem duas ou mais.

No que respeita à paróquia de Oliveira, verificamos que o redactor, pelo menos no período analisado, identifica com um sinal único [#] o “chefe de família” e nos casos em que outras unidades contributivas partilham a mesma residência (sejam famílias ou indivíduos isolados) identifica-os com um sinal diferente [“], que se pode repetir. Analisemos o exemplo seguinte:

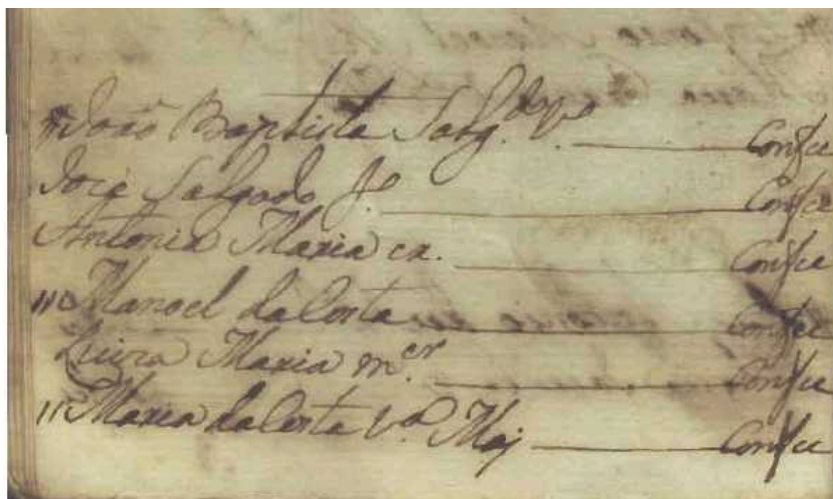


Fig. 1 – Rol de 1799

Quadro I

Composição do fogo da Figura 1

Nº	Sinal	Nome	Estado Civil	Parentesco
1.1	#	João Baptista Salgado	Viúvo	
1.2		José Salgado	Solteiro	Filho do 1
1.3		Antónia Maria	Solteira	Criada
2.1	“	Manuel da Costa	Casado	
2.2		Luísa Maria	Casada	Mulher
3.1	“	Maria da Costa	Viúva	Mãe do 4

Encontramos aqui uma unidade de residência composta por três unidades contributivas.

Cada unidade, como podemos observar, é destacada por um sinal na margem esquerda: [#] que identifica o “chefe de família” e [“] para os restantes “chefes

secundários”. Trata-se claramente de um agregado múltiplo, uma unidade de co-residência, em que não conseguimos estabelecer, pelo menos nesta fase da investigação, laços familiares entre a unidade 1 e 2, embora seja clara a relação existente entre a unidade 2 e a 3.

Na paróquia de S. João, na ilha do Pico, é muito clara a distinção feita pelo pároco entre fogos e residências pois a fonte apresenta uma numeração independente para as unidades de residência e outra para as unidades contributivas, integrando-se com alguma frequência várias unidades contributivas na mesma residência.

Esta realidade permite-nos ultrapassar, neste estudo, a polémica recorrente sobre o que o investigador entende por fogo. Assim, identificaremos como fogo a unidade de residência que pode, em diversos casos, agregar mais que uma família, nem sempre aparentada.

As outras fontes utilizadas, de carácter fiscal, têm algumas características específicas. O **rol da décima das propriedades** do ano de 1799, da paróquia de Oliveira, tal como o rol de confessados, está organizado por ruas e lugares, apresentando-nos uma lista de casas e propriedades, indicando o nome do titular da propriedade e por vezes a sua profissão, o nome do indivíduo que efectivamente ocupa a propriedade, a sua profissão e o valor da décima a cobrar.

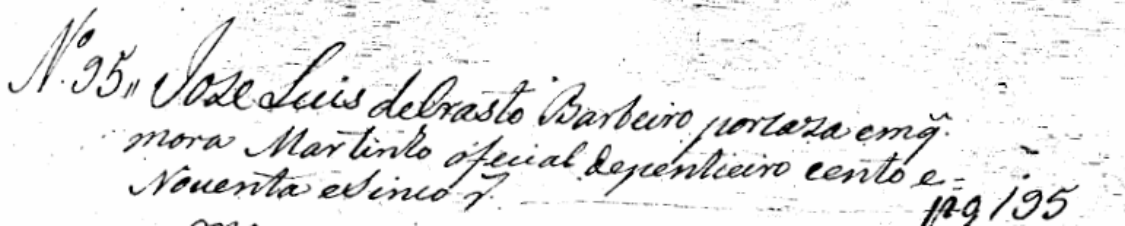


Fig. 2 – Rol da Décima de 1799

Estas informações são fundamentais, porque raras, neste período. Os registos paroquiais não indicam as profissões dos indivíduos, o mesmo acontecendo com os róis de confessados o que traz grandes limitações às tentativas de análise social. A própria indicação do valor a pagar pela décima pode também ser útil na caracterização sócio-económica dos agregados.

Infelizmente a identificação dos indivíduos, particularmente dos que ocupam as propriedades, não é muito completa. As maiores dificuldades surgem quando, na lista da décima, os indivíduos não eram identificados pelo seu nome mas por uma determinada

relação de parentesco (por exemplo: *viúva de, herdeiros de, etc.*), ou nem sequer era identificado o nome (por exemplo: *um homem, mulheres, etc.*).

Para a paróquia de S. João, foi recolhida, número a número, a **matriz predial e rústica** datada de 1884. Cada prédio é enquadrado numa zona identificada da freguesia, seguindo uma ordenação geográfica em ziguezague, a começar de Oriente para Ocidente, ordenação grosseiramente correspondente aos diferentes níveis das explorações agrícolas mais usuais. Para cada propriedade rústica é referida a dimensão em braças, o tipo de cultura ou culturas, o rendimento em géneros e em réis. Um mapa da mesma matriz, com a identificação dos proprietários pelos nomes e alcunhas, com os números das respectivas propriedades e com o rendimento colectável global desses proprietários, permitiu agilizar o processo de relação entre cada família, a casa de residência e a restante propriedade detida.

A paróquia da Oliveira na cidade de Guimarães do século XVIII

O estudo que aqui apresentamos, é uma primeira abordagem a um projecto de investigação que pretendemos levar a cabo sobre a cidade de Guimarães. Trata-se de um resultado das primeiras “sondagens” de descoberta e de exploração das fontes que dispomos para o século XVIII. Decidimos centrar este ensaio na paróquia de Nossa Senhora da Oliveira [Oliveira], a mais antiga da cidade e à volta da qual ela se foi desenvolvendo.

A partir de uma base de dados demográfica com todas as paróquias do centro urbano entre 1550-1820 (Amorim, 1987), decidimos ensaiar a exploração de outras fontes que nos possibilitassem, para o final do século XVIII, possibilidades de cruzamento nominativo, de modo a enriquecer o conhecimento que já possuíamos sobre os indivíduos e famílias deste período e a perspectivar outras possibilidades de análise desta comunidade.

Constituímos uma base de dados a partir do levantamento dos róis de confessados de 1794 e 1799. De seguida tentamos cruzar os indivíduos listados no rol da décima com o rol de confessados do mesmo ano. Encontramos uma elevada correspondência entre as duas listas: identificamos um grande número de “*chefes de família*” na lista da décima e praticamente na mesma sequência em que apareciam os fogos no rol de confessados. Pelo contrário, não encontramos nenhum “*chefe secundário*” nesta lista, o que vem comprovar a nossa hipótese inicial de que estes

indivíduos e as células familiares que chefiavam viviam em co-residência com o “chefe de família”. No total conseguimos detectar 154 “*chefes de família*” em 361 fogos existentes no rol. Este cruzamento permitiu-nos completar a informação referente às suas profissões e registar o valor que era atribuído a cada propriedade.

Tentamos, de seguida, identificar as várias unidades familiares na base de dados demográfica, de modo a completar um outro tipo de informação: datas de nascimento, casamento e óbito, relações de parentesco, identificação dos filhos menores de 7 anos, etc. Conseguimos, nesta fase, efectuar a identificação inequívoca de 98 famílias. A perspectiva transversal transmitida pelo rol de confessados não nos permite alcançar o ciclo de vida familiar, pelo que se torna difícil a identificação dos indivíduos, ainda para mais, tendo em conta a especificidade das fontes portuguesas, onde não encontramos regras claras na transmissão dos apelidos. Só o alargamento da análise a uma série mais prolongada de róis de confessados, nos permitirá alcançar uma maior taxa de identificação (Amorim,1995).

O cruzamento de toda esta informação permite-nos apresentar uma fotografia deste núcleo da cidade de Guimarães, para o final do século XIX (ver Figura 3). No que respeita à distribuição espacial dos fogos três zonas se destacam: **Arcela, Cano e Sta. Cruz** (extramuros) com 119 fogos (32,96%); **Rua de Sta. Maria e Praça de Nossa Senhora** (núcleo principal intramuros) com 61 fogos (16,9%); **Rua Nova** (rua secundária intramuros) com 49 fogos (13,57%). Se analisarmos o número de indivíduos por rua, destacam-se claramente a Rua de Sta. Maria e a Rua Nova, respectivamente com 263 e 217 indivíduos. Na Rua de Sta. Maria encontramos uma dimensão média por fogo (6,89) duas vezes superior à da Rua da Arcela (3,09), o mesmo acontecendo, pese embora a sua pequena dimensão, na Rua dos Mercadores. Nesta perspectiva a Rua Nova ocupa uma posição intermédia.

Quadro II

População registada nos róis de Confessados

Anos	Homens	Mulheres	Total	Relação de Masculinidade
1740	633	745	1378	85
1745	567	700	1267	81
1750	569	706	1275	81
1755	536	698	1234	77
1760	514	709	1223	72
1794	635	812	1447	78
1799	656	866	1522	76

Em termos globais, nos 361 fogos analisados encontramos uma população registada de 1522 indivíduos, 656 homens e 866 mulheres, o que dá uma média de 4,22 indivíduos por fogo.

Comparando com resultados anteriores (Amorim, 1995) verificamos um aumento da população e a conservação da tendência, já antes verificada, do predomínio do sexo feminino sobre o masculino. Podemos verificar no Quadro III que esta tendência se verifica em quase todas as ruas, com a exceção significativa da Rua dos Mercadores, da Tulha e do Eirado do Forno. Já relativamente a 1760 tínhamos observado esta exceção, relacionando-a com o domínio da alta e média burguesia nesta zona da cidade. Na Tulha, por exemplo, dos oito fogos existentes, identificamos quatro como chefiados por ourives e um por um comerciante; na Rua dos Mercadores dos dezassete fogos, identificamos três como ourives e outros três como comerciantes. É surpreendente a alteração verificada na Rua de Santa Maria que, anteriormente, emparelhava com a rua dos Mercadores e agora apresenta um dos valores mais baixos relativamente ao número de homens.

Quadro III

Nº de Indivíduos por Ruas

Ruas e Lugares	MASC	FEM	Relação de Masculinidade
Arcela e Cano	65	102	64
Oliveiras	56	72	78
Sta. Cruz	24	54	44
Canto	3	3	100
Sardoal	3	2	150
Quinta	1	2	50
Rama	1	4	25
Calçada	2	1	200
Sabugal	11	15	73
Rua da Infesta	29	30	97
Rua de Sta. Maria	95	167	57
Praça de N. Sra.	40	51	78
Rua do Postigo	14	18	78
Rua Nova	101	116	87
Eirado do Forno	25	22	114
Tulha	18	15	120
Rua de Donões	35	44	80
Rua dos Mercadores	60	54	111
Rua Escura	12	15	80
Praça de S. Tiago	55	68	81
Boticas	5	7	71
Açoutes	1	4	25
Total	656	866	76

Este desequilíbrio entre os sexos está associado à elevada emigração masculina característica do Norte de Portugal, uma resposta necessária face à pressão demográfica numa zona de mortalidade bastante suave (Amorim, 1999). Esta saída dos homens em direcção às grandes cidades do Porto e de Lisboa e muitas vezes para o Brasil, tem reflexos ao nível da composição do agregado familiar, com uma percentagem significativa de fogos chefiados por mulheres, casadas ou solteiras, e na elevada ilegitimidade verificada nesta região do Norte de Portugal (Neves, 2001).

No que diz respeito à estrutura familiar por fogo verificamos que (Apêndice - Quadro IX) há um predomínio dos agregados familiares simples (47%) no conjunto da paróquia. É significativa a percentagem de pessoas isoladas (16%) das quais os solteiros representam 56% do total, sem grande desequilíbrio entre homens e mulheres. Parece-nos também muito significativo o elevado número de agregados múltiplos sem relação de parentesco evidente (11,1%).

A partir do número médio de criados por fogo (Apêndice - Quadro VII) elaboramos a seguinte classificação das ruas: *nível baixo*, correspondente a menos de 1 criado por cada dois fogos; *nível médio*, até um criado por fogo; *nível elevado*, mais do que um criado por fogo. Comparando com uma classificação anterior (Amorim, 1992:36) verificamos alguma alteração social ao nível do espaço urbano da paróquia (Apêndice - Quadro VIII). Acentuou-se o declínio de ruas onde se situavam antes grandes casas senhoriais, como a Rua Escura e a rua de Donães, o mesmo acontecendo com a Praça de Nossa Senhora. Em contrapartida assistimos a um crescimento da importância da Rua da Infesta, na continuação da Rua de Santa Maria. Validamos esta classificação, cruzando-a com o valor médio da décima por cada rua, tendo obtido uma hierarquia equivalente.

Analisando agora a estrutura familiar de acordo com esta classificação, pudemos verificar que só no *nível baixo* encontramos “mulheres solteiras com filhos” e “casados com filhos e cônjuge ausente”. É também neste grupo que encontramos o valor mais elevado de “casados com cônjuge ausente”. Tanto no *nível baixo* como no *nível médio*, encontramos um número muito significativo de “agregados múltiplos sem relação de parentesco conhecida”, famílias que vivem em conjunto na mesma residência embora, aparentemente, não existam laços de parentesco entre os seus membros (10,7% e 15,1%). São certamente indicações das dificuldades de sobrevivência destas famílias. Por um lado a ausência dos cônjuges que denuncia situações de emigração, por outro, o

número de agregados em que há convivência na mesma unidade de residência de famílias não aparentadas, indício de tentativa de aliviar as despesas com a habitação.

Quadro IV

Classificação das Ruas de acordo com a média de criados por fogo

Níveis	Ruas e Lugares	Nº de Fogos	Média de Criados por fogo	Média de Indivíduos por fogo
Elevado	Rua de Sta. Maria Rua dos Mercadores Tulha	63	<1	6,49
Médio	Rua da Infesta Praça de Nossa Senhora Rua Nova Rua Escura Praça de S. Tiago	119	> 1	4,34
Baixo	Rua de Donães Santa Cruz Boticas Eirado do Forno Rua do Postigo Sabugal Oliveiras Arcela e Cano	169	≤ 0,5	3,37

Reparemos em alguns exemplos:

Fogo nº 7 – Rua da Arcela

Neste fogo reside Águeda Francisca, solteira, numa casa pela qual Domingos de Moraes, contratador de meias e talagarças, paga 105 réis de décima. Este Domingos de Moraes reside na mesma rua, no fogo 25, com a mulher, cinco filhos e um outro indivíduo solteiro sem parentesco. Paga 1028 réis de décima por 7 casas, uma das quais aquela onde reside.

Fogo nº 78 – Oliveiras

Neste fogo reside Custódia Maria, casada, com o marido ausente. Na mesma residência vive Quitéria Maria, viúva, com a sua filha Maria Clara e Cipriano, enjeitado, menor. Ainda na mesma residência vive Francisco José e a sua mulher Maria Josefa, juntamente com o seu filho menor; Manuel.

No nível elevado destacaríamos o peso dos “agregados não conjugais”, e dos “agregados com alargamento colateral”, relacionados com a presença do clero e da nobreza nesta zona.

Fogo nº 167 – Rua de Santa Maria

Neste fogo reside António Machado, padre sacristão, com a sua irmã D. Quitéria Machado, com um sobrinho, e três criados.

Fogo nº 150 – Rua de Santa Maria

Neste fogo reside Luís António de Meneses, casado com D. Ana Maria. Têm uma filha, D. Francisca Norberta, reside com eles uma cunhada, D. Joana Luísa e três criados. Paga de décima 540 réis.

Fogo nº 155 – Rua de Santa Maria

Neste fogo reside José de Freitas do Amaral, casado com Antónia Genoveva. Segundo o rol não têm filhos, mas a consulta da base de dados paroquial permite-nos saber que já tiveram 3 filhos: Maria, nascida em 1794, Manuel Freitas, nascido em 1797 e Ana Margarida que tinha nascido no dia 1 de Janeiro de 1799. Residem com eles cinco criadas e 4 criados.

Na Tulha de oito fogos dois pertencem a irmãos, ambos mestres ourives. Já não encontramos tantas referências a criados, surgindo no agregado aprendizes e oficiais, que compartilham a residência com o mestre.

Fogo nº 290– Tulha

Neste fogo reside João Manuel da Silva e José Fernandes da Silva, irmãos, mestres ourives. Com eles reside um oficial, António José da Silva, e um aprendiz menor de nome João.

Se recordarmos que em Guimarães, neste período, 24% dos fogos são chefiados por mulheres, será curioso aprofundar esta análise à luz da classificação que anteriormente apresentámos. Nas zonas mais humildes, *nível baixo*, o peso das mulheres na chefia do fogo é maior, 32%, com um predomínio claro das mulheres solteiras. Também na Praça de S. Tiago, *nível médio*, encontramos valores semelhantes, embora 62,5% destas mulheres sejam viúvas. Na Rua de Santa Maria, *nível elevado*, o número de fogos chefiados por mulheres ronda os 25%, enquanto que na Rua dos Mercadores não encontramos nenhum.

O espaço e a propriedade em S. João no final do século XIX

S. João é uma freguesia do concelho das Lajes do Pico, situada entre dois **mistérios**, duas correntes de lavas vulcânicas que a isolaram em 1718 e 1720 das duas freguesias enquadrantes, S. Mateus, do concelho da Madalena, e Lajes, a sede do

concelho a que pertence. Situando-se numa zona de transição entre a parte oriental da ilha, de formação mais antiga e a parte ocidental de formação mais recente, tem terrenos pobres, pouco propícios à produção de cereais, mas na base da grande montanha, a uma altitude de mais de 800 metros, a cerca de três horas de penosa subida, estendem-se boas pastagens de gado vacum, sendo a freguesia conhecida por um tipo de queijo comercializado nos mercados exteriores como queijo do Pico.

Seguindo a matriz predial da freguesia encontramos, numa área que se aproximava dos 1700 hectares de espaço produtivo², 156 sítios com uma designação própria, desde a orla marítima à serra, como é chamada a encosta da grande montanha. Esses sítios foram ordenados em cinco níveis, de produções diferenciadas, com numeração a começar de oriente para ocidente, subindo depois em ziguezague. O primeiro nível é o do Estrada que vem da Madalena para as Lajes, designada pelo pároco como Caminho. É um nível de inserção urbana, com terrenos de cultivo a enquadrar essa via estruturante. O segundo nível é o das Canadas que entroncam com o Caminho. Continua a ser um espaço habitacional, alinhando-se as casas ao longo dessas vias que se abrem para veredas que conduzem aos terrenos de cultivo. A partir do terceiro nível, já a uma altitude de mais de 300 metros, desaparece o tecido urbano.

Repartindo-se o espaço urbano pelo nível do Caminho e pelo nível das Canadas que a ele vinham entroncar, no primeiro nível iremos analisar a repartição das casas e dos seus habitantes pelos sítios nomeados do Caminho e no segundo nível a repartição pelas Canadas e pelas Travessas que ligam algumas dessas canadas.

Tendo o pároco seguido uma numeração civil, a par de uma numeração por fogos, podemos contar o número de fogos e o número de casas, calculando depois o número médio de habitantes por casa habitada.

Nesta observação (Apêndice - Quadro X) encontrámos 4,3 pessoas por casa habitada, sendo 4,1 ao nível do Caminho e 4,5 ao nível das Canadas. Sem considerar a Canada do Poço do Verdoso ou a Canada do Cebola, com poucas casas, era na Travessa entre a Canada do Almanse e a Canada de Francisca e na própria Canada de Francisca onde residiam famílias mais numerosas.

Somámos o rendimento em réis, constante da matriz predial de S. João, dos diversos géneros referidos aos proprietários de cada sítio, que dividimos pelo número de

² As medições do terreno foram feitas em braças, depois convertidas em ares. Para evitar os números decimais optámos por usar a medição de origem, considerando que duzentas braças correspondem a um alqueire, a unidade de medida mais corrente na zona, sendo o alqueire equivalente a 968 m².

residentes desse sítio. O rendimento colectável atribuído aos residentes de cada sítio no mapa da matriz predial assinado em 1884 foi igualmente dividido pelo número de residentes, estabelecendo-se comparação entre os dois somatórios.

Ao nível do Caminho verificamos que o rendimento colectável por habitante era mais elevado nos cinco primeiros sítios, da Ponta Rasa à Junqueira, sempre superior a 2\$000 réis. Da Canada do Poço do Ademouro à Borda do Mistério, em nenhum caso era atingido aquele valor. Se considerarmos apenas o valor dos géneros da propriedade rústica, os resultados não são convergentes. Embora em Santo António e no Caminho da Igreja se contabilizem valores superiores a 3\$000 réis, também esse valor se encontra na Canada da Aguada. Admitimos que tenha contribuído para a elevação relativa do rendimento colectável o valor da propriedade urbana, eventualmente mais elevado nos primeiros cinco sítios da freguesia, quando se seguia pelo Caminho da Ponta Rasa para a Borda do Mistério.

Ao nível das Canadas a distribuição do rendimento é menos regular. Enquanto na Canada de Perpétua encontramos um rendimento colectável por pessoa superior a 5\$000 réis, em contrapartida, mesmo sem consideramos as pequenas canadas de Domingos José, do Lancha e do Arrasto, na Canada de Lázaro Pereira e na Canada de Francisca o rendimento colectável por pessoa é inferior a 1\$000 réis.

Relacionar os chefes de família identificados no rol com os proprietários referidos na matriz predial será o caminho indicado para deduzir da estrutura social de uma freguesia em que todos, mesmo os marítimos ou os artífices, se relacionavam com a terra.

Quadro V Distribuição do rendimento colectável por fogos (em réis)

Rendimento colectável	Chefia masculina		Chefia feminina		Total	
	Nº de fogos	%	Nº de fogos	%	Nº de fogos	%
menos de 1\$000	36	17	35	28	71	21
de 1\$000 a 4\$999	60	28	46	37	106	31
de 5\$000 a 9\$999	55	26	24	19	79	23
de 10\$000 a 24\$999	52	25	17	13	69	20
de 25\$000 a 49\$999	8	4	1	1	9	3
50\$000 ou mais	1	0	3	2	4	1
TOTAL	212	100	126	100	338	99

Como se verifica, em 21% dos fogos não se atingia o rendimento colectável de 1\$000 réis, o que significaria geralmente, além da posse de uma casa pequena, terra muito escassa. Mais de metade das famílias (52%) ficavam-se abaixo de 5\$000 réis de

rendimento colectável o que implicaria, quase sempre, a necessidade de comprar fora os alimentos básicos. Ainda com dificuldades viveriam as famílias (23%) que dispunham de rendimento colectável entre 5\$000 e 10\$000 réis. Os mais desafogados, com rendimentos superiores a 10\$000 réis, representavam menos de um quarto das famílias (24%), destacando-se deles 4% cujo rendimento se superiorizava a 25\$000 réis. Apenas um em cada cem proprietários tinha rendimento superior a 50\$000 réis³.

Se consideramos depois a chefia masculina ou feminina dos fogos, verificamos que 65% das mulheres chefes de fogo tinham rendimento colectável inferior a 5\$000 réis, sendo a percentagem correspondente, no caso dos homens, de 45%. Só entre os maiores proprietários a situação se inverte⁴.

Interessante será agora visitar famílias com posicionamento diferente em relação à propriedade e perspectivar a sua inserção no meio. Escolhemos dois residentes em 1883, uma mulher solteira e pobre e um pastor viúvo.

1º Caso - Família de Maria Teresa, uma mulher pobre

Na casa nº3 do Caminho do Arrasto, no lugar da Companhia de Cima, residia em 1883, como veremos, uma família alargada, referida a dois fogos. Num primeiro fogo encontramos uma mulher solteira, Maria Teresa, de 72 anos de idade. Ao segundo fogo é referido um filho da mesma, António José da Silva, de 30 anos, sua mulher, Maria Isabel Soares, de 29, segundo o pároco, e três filhos do casal, Maria, de 5 anos, Manuel de 3 e Isabel, de um ano.

Maria Teresa, nascida em 26 de Janeiro de 1811, baptizara três filhos naturais. Vivia, quando solteira, na mesma casa, com o seu pai viúvo, na casa em que agora residia. Teve longos períodos de ausência da casa do pai. Foi num desses períodos que nasceu o seu filho mais velho, Manuel, em 4 de Agosto de 1838, do qual não temos notícia posterior. António, o filho segundo, nascido em 28 de Setembro de 1850, falecera no primeiro mês de vida. António José da Silveira, o filho residente, nascido em 1 de Junho de 1852, casara aos 24 anos com Maria Isabel Soares, natural das Lajes, filha de outra mulher solteira, Rosa Jacinta.

A família, que em 1883 contava três adultos e três crianças teria certamente muitas dificuldades de sobrevivência. Ao nome de Maria Teresa são referidos dois números na matriz predial da freguesia, com um rendimento colectável de apenas \$318 réis e no nome do filho não foi registada qualquer propriedade. Um primeiro número de matriz na posse de Maria Teresa dizia respeito à casa em que viviam, uma casa com loja e com cozinha "palhoça". O outro número dizia respeito a uma terra de sementeira de 3ª categoria, com apenas 100 braças. Sem terrenos que lhes dessem milho para comer, numa terra em que os poucos empregadores só solicitavam trabalho sazonal, a fome podia facilmente acompanhar o quotidiano desta família.

Maria Teresa faleceu em S. João aos 78 anos, em 5 de Fevereiro de 1889, mas nenhum descendente de Maria Teresa faleceu em S. João. A emigração foi o seu destino.

As dificuldades de sobrevivência de famílias pobres em S. João, em meados do século XIX, parecem patentes neste caso. Os filhos precisavam de sair do agregado para encontrar meios de subsistência. Os que podiam emigravam para o Brasil. Os outros procuravam na própria ilha ou nas cidades insulares um meio de vida. As mulheres, fora de casa dos pais, ficavam expostas a vicissitudes pouco conhecidas em gerações anteriores.

³ Eram quatro os proprietários com rendimento superior a 50\$000 réis: Leandro Francisco da Rosa, solteiro, duas viúvas de dois irmãos, Maria de Jesus, viúva de Manuel Peixoto, e Ana Tomásia, viúva de António Silveira Peixoto, e ainda D. Isabel Quitéria Brum da Silveira, viúva, irmã do falecido alferes Venceslau Francisco Vieira de Bem, que admitimos ter sido à morte o maior proprietário de S. João.

⁴ Nos grupos de rendimento médio não deixa de contribuir para o desequilíbrio a favor dos homens o facto de algumas viúvas terem repartido propriedade pelos filhos após a morte do marido.

2º Caso - Família de António Silveira de Ávila Martins, pastor

Na casa nº123 do Caminho da freguesia, no lugar da Companhia de Baixo, encontramos no dia 1 de Janeiro de 1883, António Silveira de Ávila Martins, Saca, de alcunha, viúvo de Inácia dos Anjos. Com ele vivia uma filha solteira, Francisca Catarina, duas filhas naturais desta, Maria, de 9 anos, e Inácia, de meses, e ainda uma cunhada, também chamada Francisca Catarina, irmã da mulher, de 77 anos. O rendimento colectável atribuído ao chefe do fogo era de 26\$096 réis.

Tinham uma casa de habitação com loja e uma casa de atafona para moer o milho, servindo também o edifício para armazenamento de cereal, palha para o gado e alfaias agrícolas. De terrenos de sementeira tinham cerca de três alqueires, o que daria escassamente o milho necessário para o sustento da família ao longo do ano, mesmo contando com as terras de inhames. Tinham terrenos de lenha e de frutos, o que tornava mais farta a sua casa. O maior rendimento vinha das pastagens espontâneas, no planalto base da grande montanha do Pico, 195 alqueires, sendo a maior parte de terra de primeira, podendo criar oito vacas e alguns bezerros durante todo o ano.

António Silveira de Ávila Martins, nascido em 14 de Agosto de 1807, era filho de outro homónimo, António Silveira de Ávila Martins, e de Anastácia Jacinta. A defunta mulher, Inácia dos Anjos, nascera em 29 de Setembro de 1808. O casamento realizara-se em 16 de Setembro de 1839, aos 32 e 30 anos, respectivamente. Baptizaram cinco filhos: António, nascido em 27 de Março de 1843, falecera com um ano de idade; Inácia, nascida em 13 de Janeiro de 1845, falecera com 16 anos; Francisca Catarina, a filha residente, nascera em 26 de Novembro de 1846; Manuel Silveira de Ávila Martins, nascido em 16 de Outubro de 1849, falecera solteiro aos 27 anos.

Francisca Catarina tivera a sua filha mais velha, Maria, em 1 de Setembro de 1873, de Manuel Silveira de Sousa, nascido em 8 de Janeiro de 1844, que não assumiu a paternidade e emigrou a seguir para os Estados Unidos. O sofrimento de Francisca Catarina pela rejeição sofrida foi tão grande que caiu doente, sem possibilidades de amamentar a filha que nascera. O pai, António Silveira não apoiou a filha. Sentindo-se desonrado, isolou-se, não aceitou mais nenhum convite de casamento, não foi mais a nenhum arraial. Foi o irmão Manuel, então ainda vivo, que pediu a uma tia por afinidade e vizinha que tomasse conta da sobrinha, trazendo-lhe ele o leite para a alimentar e a lenha necessária para o aquecimento. Apesar do rigor de António Silveira para com a filha, ele próprio, já viúvo, dez anos antes, havia dado um filho de nome Cândido, a uma mulher solteira, filho que nunca reconheceu. Mais tarde esse filho, o Padre Cândido Silveira de Ávila Martins, falecido nos Estados Unidos, veio a usar os seus apelidos. Emigrado Manuel Silveira de Sousa para os Estados Unidos sem mandar notícias, Francisca Catarina ligou-se a um vizinho, Manuel de Brum da Silveira, nascendo uma filha, Inácia, em 13 de Abril de 1881, falecida aos três meses. Uma segunda filha com o mesmo nome, Inácia Silveira, nascera em 31 de Maio de 1882. Um terceiro filho dessa ligação, Manuel, nasceria já dentro do casamento dos pais (AMORIM e CORREIA, 1999).

Acompanhando a genealogia ascendente de António Silveira de Ávila Martins, verificamos que apesar da grande endogamia paroquial, os seus ascendentes estabeleceram uma relação privilegiada com famílias da vila das Lajes, sede do concelho e paróquia contígua mais próxima do lugar de residência, encontrando-se também relações com S. Mateus, a outra freguesia contígua, a ocidente, com a Madalena, sede de outro concelho da ilha, e ainda com os Flamengos, freguesia da ilha do Faial.

Embora grande parte dos tetravós de António Silveira não fossem de S. João ou não tenham sido identificados, por faleceram em período anterior ao registo paroquial sistemático, todos os indivíduos conhecidos dessa geração se distinguem socialmente. Documentam-no o volume de sufrágios, a hierarquia alcançada nas milícias, as relações de compadrio, as assinaturas que deixaram nos livros paroquiais como testemunhas de actos.

Os avós maternos do visado, o tenente António Silveira de Ávila e Maria Francisca, haviam casado em 12 de Maio de 1785, aos 22 e 27 anos, respectivamente, nascendo Anastácia Jacinta, em 28 de Outubro de 1801, cinco meses após o casamento. Nasceriam mais cinco filhos: António Silveira de Ávila, em 26 de Fevereiro de 1788; Francisco, em 14 de Fevereiro de 1790; falecido com um ano de idade; Francisco Peixoto, em 2 de Outubro de 1792, que viria a falecer solteiro aos 71 anos; Maria Francisca, em 17 de Maio de 1795, que casaria aos 23 anos; Teotónio, em 19 de Fevereiro de 1798, que se ausentaria:

Na sua casa, na Rua da Estrada, na Companhia de Baixo, em 1799, ano em que passamos a beneficiar da existência de róis de confessados, viviam 9 pessoas. O casal, os cinco filhos sobreviventes, uma tia, Justina de Santo António, solteira, que supomos natural dos Flamengos, irmã de Anastácia Jacinta, mãe de António Silveira de Ávila. Residia também um criado adulto, António, que saiu no ano seguinte.

António Silveira de Ávila ausentou-se em 1801, regressando três anos depois. Terá ido ao Brasil? Terá sido esta a sua primeira viagem? Nesse mesmo ano casou Anastácia Jacinta com António Silveira de Ávila Martins, antes de atingir os 16 anos de idade, ficando a viver com a mãe nesse seu primeiro ano de casada. O novo casal iria depois fixar residência num outro lugar, numa casa que supomos nova.

Em 1803 o filho António, homónimo do pai, ausentou-se. Teria então 15 anos, ano em que morreu Justina de Santo António. António Silveira de Ávila regressou em 1804 e logo no ano seguinte o filho mais novo, Teotónio, então com 7 anos, emigrou, possivelmente para o Brasil, possivelmente para se reunir ao irmão. Visitou os pais em 1809 e ainda em 1814. A filha Maria Francisca casou aos 23 anos e foi viver para a Companhia de Cima, o outro lugar da freguesia, onde faleceu aos 65 anos, sem filhos. Francisco Peixoto permanecia solteiro, com os pais.

Entretanto a família de António Silveira de Ávila Martins e Anastácia Jacinta ia crescendo, chegando aos nove filhos, oito deles sobreviventes à infância: Maria; António; Inês; Anastácia; Teotónio; Manuel; José e José, segundo de nome. A filha Anastácia, que se chamaria Anastácia Jacinta como a mãe, veio viver antes dos sete anos de idade para casa dos avós maternos, passando, com a idade de 15 anos, para a Companhia de Cima, para casa da tia Maria Francisca, que não tinha filhos. Faleceu solteira aos 76 anos. Entretanto a irmã mais velha, Maria Francisca, com a idade de 19 anos, viera também viver com os avós que envelheciam, onde permaneceu mesmo após o casamento, aos 44 anos. Inês faleceu solteira com 27 anos. Teotónio Flávio da Silveira emigrou aos 25 anos para o Brasil, mas faleceu solteiro em S. João aos 73 anos. Manuel Silveira de Ávila Martins casaria aos 33 anos e após dois anos a viver em casa do sogro regressaria a casa dos pais onde então vivia a mãe viúva. José emigrara jovem, sem retorno. António Silveira de Ávila Martins, filho, o indivíduo que observamos, casou aos 32 anos

e foi viver para casa dos sogros, recebendo mais tarde em sua casa o tio Francisco Peixoto, que o deixou herdeiro dos seus bens, o mesmo acontecendo aos bens da cunhada Francisca Catarina.

Apesar do número elevado de filhos em gerações sucessivas, as estratégias nas relações matrimoniais, a emigração, o celibato definitivo e os hábitos de entreajuda intergeracional, permitiram a reprodução do século XVII ao século XX do estatuto social da família de António Silveira de Ávila Martins, mesmo considerando a pobreza do meio, numa terra queimada, sempre sujeita a cataclismos naturais. No caso dos proprietários ascendentes de Maria Teresa, casamentos com desnível social e repartição de propriedade, em período de contenção emigratória, não foram de molde a facilitar a reprodução social para o século XIX no mesmo nível.

Pelos exemplos apresentados verificamos claramente que a reprodução biológica se afirmava como uma variável influente na reprodução social da Família. Numa terra dura e pobre mas com notável suavidade da morte, estratégias de escolha do cônjuge, casamento tardio, celibato definitivo frequente e principalmente a emigração de longa distância eram freios tradicionais ao crescimento da população para níveis de desequilíbrio. Na primeira metade do século XIX a desorganização das saídas tradicionais para o Brasil, fez acelerar o crescimento, dificultando a reprodução social da Família num sistema de repartição igualitária de propriedade. Famílias de proprietários, como a de António Silveira de Ávila Martins, lograram manter o nível social de partida, continuando a ligar-se ao Brasil, escolhendo o cônjuge no mesmo grupo social por alargamento do mercado matrimonial, e recorrendo a hábitos tradicionais de casamento tardio e celibato definitivo frequente, de entreajuda intergeracional e colateral. Embora tais estratégias fossem comuns numa população sem grandes desníveis de propriedade a lutar pela sobrevivência, alguns famílias não escaparam ao empobrecimento, como foi o caso da família de Maria Teresa. A grande massa vivia no limiar da pobreza ou numa pobreza honrada.

Esboço de Análise Comparativa

Apesar da distância geográfica e temporal, ensaiamos uma análise comparativa entre estas duas realidades. Perante condições favoráveis à sobrevivência, com uma mortalidade infantil baixa para os padrões da época e uma elevada esperança de vida, a emigração, maioritariamente masculina, foi a estratégia seguida para conservar o equilíbrio da população. Os reflexos desta situação observam-se, nos dois casos, no elevado número de mulheres que nos aparecem a chefiar o agregado familiar. A maior

parte destes agregados chefiados por mulheres pertencem ao grupo das famílias mais humildes embora existam excepções: as famílias mais abastadas de S. João têm chefia feminina, o mesmo acontecendo com algumas famílias nobres de Guimarães – mas nestes casos estamos, em regra, perante uma fase do ciclo de vida da família.

Em Guimarães tratando-se de um ambiente urbano, o que ressalta é a enorme diversidade de profissões, diversidade no acesso à riqueza, diversidade e complexidade da composição dos agregados familiares. Mesmo o número médio de habitantes por fogo confirma esta observação pois apesar de, em termos globais, apresentar uma elevada semelhança (4,2 em Guimarães e 4,3 em S. João), quando analisamos em detalhe as duas listas em S. João observamos uma homogeneidade de valores, 63% dos sítios têm entre 4 e 5 indivíduos por fogo, enquanto em Guimarães verificamos uma grande oscilação entre valores reduzidos nas zonas mais pobres (3,37) e outros, bastante elevados, nas zonas mais ricas (6,49).

Mas, acima de tudo, em Guimarães impressiona a enorme flutuação da população em permanente mobilidade – a dificuldade em perseguir o trajecto dos indivíduos nos róis de confessados é disso o melhor exemplo, são famílias inteiras que desaparecem de um ano para outro e outras que surgem para ocupar o espaço vazio. A comparação da estrutura dos agregados familiares deixa perceber esta situação, pois ao claro predomínio dos agregados familiares simples e alargados em S. João, podemos opor a importância que detêm em Guimarães a categoria dos isolados e a dos agregados familiares múltiplos, grande parte destes sem relação familiar evidente, demonstração inequívoca da enorme complexidade de abordagem à problemática do mundo urbano.

Finalmente resta-nos recordar o ponto de partida metodológico sobre o qual assentou este ensaio. Nos dois casos dispomos de uma sólida base de dados dos indivíduos residentes na paróquia, em encadeamento genealógico. É sobre este alicerce seguro que vamos pacientemente construindo o nosso edifício, recolhendo peças soltas que vamos tentando encaixar correctamente. Este trabalho, embora moroso e trabalhoso, é apaixonante! Lentamente vamos conseguindo surpreender os traços da construção, imaginamos até a vida a pulsar no seu interior...

ANEXOS

QUADROS E FIGURAS

Quadro VI

Nº de Fogos e Indivíduos por Ruas

	FOGOS		INDIVÍDUOS		Média por Fogo
	Nº	%	Nº	%	
Arcela e Cano	54	14,96%	167	10,97%	3,09
Oliveiras	42	11,63%	128	8,41%	3,05
Sta. Cruz	23	6,37%	78	5,12%	3,39
Canto	1	,28%	6	,39%	6,00
Sardoal	1	,28%	5	,33%	5,00
Quinta	1	,28%	3	,20%	3,00
Rama	2	,55%	5	,33%	2,50
Calçada	2	,55%	3	,20%	1,50
Sabugal	6	1,66%	26	1,71%	4,33
Rua da Infesta	15	4,16%	59	3,88%	3,93
Rua de Sta. Maria	38	10,53%	262	17,21%	6,89
Praça de N. Sra.	23	6,37%	91	5,98%	3,96
Rua do Postigo	10	2,77%	32	2,10%	3,20
Rua Nova	49	13,57%	217	14,26%	4,43
Eirado do Forno	14	3,88%	47	3,09%	3,36
Tulha	8	2,22%	33	2,17%	4,13
Rua de Donães	16	4,43%	79	5,19%	4,94
Rua dos Mercadores	17	4,71%	114	7,49%	6,71
Rua Escura	7	1,94%	27	1,77%	3,86
Praça de S. Tiago	25	6,93%	123	8,08%	4,92
Boticas	4	1,11%	12	,79%	3,00
Açoutes	3	,83%	5	,33%	1,67
Total	361	100,00%	1522	100,00%	4,22

Quadro VII

Número de Criados por Ruas e Fogos

Ruas e Lugares	Total de Fogos	Total de Criados	Média
Arcela e Cano	54	6	,1
Oliveiras	42	2	,0
Cruz	23	9	,4
Canto	1	4	4,0
Sardoal	1	.	.
Quinta	1	.	.
Rama	2	.	.
Calçada	2	.	.
Sabugal	6	1	,2
Rua da Infesta	15	11	,7
Rua de Sta. Maria	38	78	2,1
Praça de N. Sra.	23	14	,6
Rua do Postigo	10	2	,2
Rua Nova	49	25	,5
Eirado do Forno	14	3	,2
Tulha	8	10	1,3
Rua de Donães	16	7	,4
Rua dos Mercadores	17	32	1,9
Rua Escura	7	5	,7
Praça de S. Tiago	25	16	,6
Boticas	4	1	,3
Azoutes	3	.	.
Total	361	226	,63

Quadro VIII

Média de Criados por Ruas e Fogos

Ruas e Lugares	1745	1750	1755	1760	1799
	Média	Média	Média	Média	Média
Arcela e Cano	0,3	0,4	0,3	0,4	0,1
Oliveiras	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
Santa Cruz	0,2	0,3	0,1	0,1	0,4
Sabugal	0,5	0,4	0,6	0,4	0,2
Rua da Infesta	0,4	0,3	0,4	0,3	0,7
Rua de Sta. Maria	1,8	1,8	2,1	1,8	2,1
Praça de N. Sra.	1,5	1,2	1,6	1,4	0,6
Rua do Postigo	0,7	0,6	0,3	0,6	0,2
Rua Nova	0,5	0,6	0,5	0,5	0,5
Eirado do Forno	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2
Tulha	0,6	1,0	1,3	1,1	1,3
Rua de Donães	2,4	2,8	1,2	0,9	0,4
Rua dos Mercadores	2,5	2,5	2,2	2,3	1,9
Rua Escura	3,4	5,5	3,4	1,9	0,7
Praça de S. Tiago	1,0	0,8	0,8	0,7	0,6
Boticas	0,0	0,0	0,0	0,1	0,3
Média	0,9	0,8	0,8	0,7	0,6

Quadro IX
Estrutura de Famílias em Oliveira e S. João

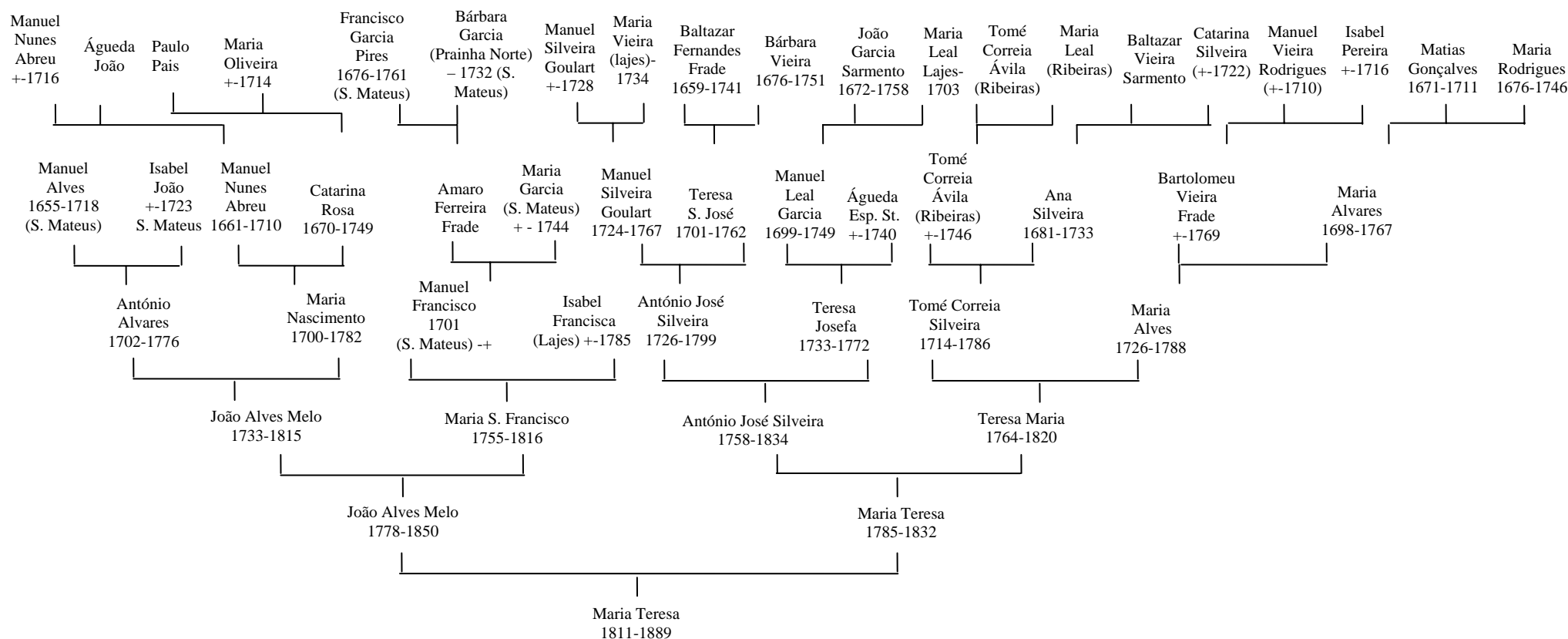
Categorias	Classes	Oliveira (%)	S. João (%)
		1799	1883
1. Isolados	1a - Viúvo/a	4,7	5,0
	1b - Solteiro/a	9,1	6,0
	1c - Casado/a com cônjuge ausente	2,2	
	1d - Est. Desc.		
	Total	16,1	11,0
2. Agregado não conjugal	2a - Irmãos	3,3	3,0
	2b - Outros parentes	1,4	3,0
	2c - Sem parentesco evidente	3,6	
	Total	8,3	6,0
3. Agregado familiar simples	3a - Casal sem filhos	19,7	5,0
	3b - Casal com filho/s	19,9	31,0
	3c - Viúvo/a com filhos	5,5	12,0
	3d - Casado/a com filhos cônjuge ausente	0,8	1,0
	3e - Solteira com filhos	1,1	3,0
Total	47,1	53,0	
4. Agregado familiar alargado	4a - Alargamento ascendente	2,5	4,0
	4b - Alargamento descendente	2,5	8,0
	4c - Alargamento colateral	2,8	7,0
	4d - Combinações		
	4e - Alargamento sem parentesco evidente	6,6	
Total	14,4	20,0	
5. Agregado familiar múltiplo	5a - Um núcleo secundário ascendente		2,0
	5b - Um núcleo secundário descendente	1,4	4,0
	5c - Um núcleo secundário colateral		1,0
	5d - Combinações		1,0
	5e - Agregado múltiplo sem parentesco evidente	11,1	
	Total	12,7	7,0
6 - Indeterminada		1,4	2,0
Total		100,0	99,0

Quadro X
Os Sítios habitados

	Fogos	Casas habitadas	Residentes	Residentes por casa habitada	Rendimento géneros por pessoa	Rendimento colectável por pessoa
Nível do Caminho						
Ponta Rasa	15	13	57	4,4	2\$906	2\$080
Santo António	20	18	75	4,2	3\$757	2\$172
Caminho da Igreja	29	26	121	4,7	3\$294	2\$935
Canada Poço Verdoso	4	4	24	6,0	1\$201	2\$258
Junqueira	1	1	2	2,0	3\$768	3\$243
Canada P. Ademouro	5	5	19	3,8	1\$892	1\$299
Pau Branco	14	13	47	3,6	2\$278	1\$596
C. Aguada	24	23	91	4,0	3\$108	1\$865
Outeirinho	12	14	49	4,1	1\$899	1\$737
Borda Mistério	7	8	31	4,4	1\$922	1\$370
Totais do Caminho	131	125	516	4,1	2\$827	2\$119
Nível das Canadas						
Caminho do Arrasto	20	17	73	4,3	1\$479	1\$026
Canada do Zambra	12	10	38	3,8	4\$787	1\$944
Canada de Perpétua	8	6	25	4,2	9\$058	5\$779
Canada do Cebola	3	2	15	7,5	1\$863	1\$269
Canada de Lázaro	8	7	38	5,4	1\$296	\$914
Canada do Papia	5	4	21	5,3	1\$568	1\$021
Canada de Domingos José	1	1	2	2,0	1\$098	\$805
Canada do Alferes ²	29	22	101	4,6	2\$362	1\$427
Canada do Almanse	46	31	122	3,9	4\$239	2\$688
Travessa do Almanse	24	19	110	5,8	2\$889	1\$904
Canada de Francisca	16	12	71	5,9	1\$015	\$790
Canada do Vigário	20	19	64	3,4	2\$766	2\$055
Canada de St. António	7	7	35	5,0	1\$390	1\$945
Canada do Pedro	3	2	9	4,5	4\$246	3\$053
Canada do Lancha	3	3	9	3,0	\$678	\$628
Canada do Arrasto	2	2	14	7,0	\$520	\$463
Totais das Canadas	207	164	747	4,5	2\$747	1\$804
Totais da Freguesia	338	289	1263	4,3	2\$780	1\$933

2 - Na matriz predial não é referida a Travessa entre a Canada do Alferes José Pereira e a Canada do Almanse, sendo incluídas na Canada do Alferes as primeiras duas casas da Travessa e as restantes casas na Canada do Almanse.

GENEALOGIA ASCENDENTE DE MARIA TERESA



Cidade de Guimarães

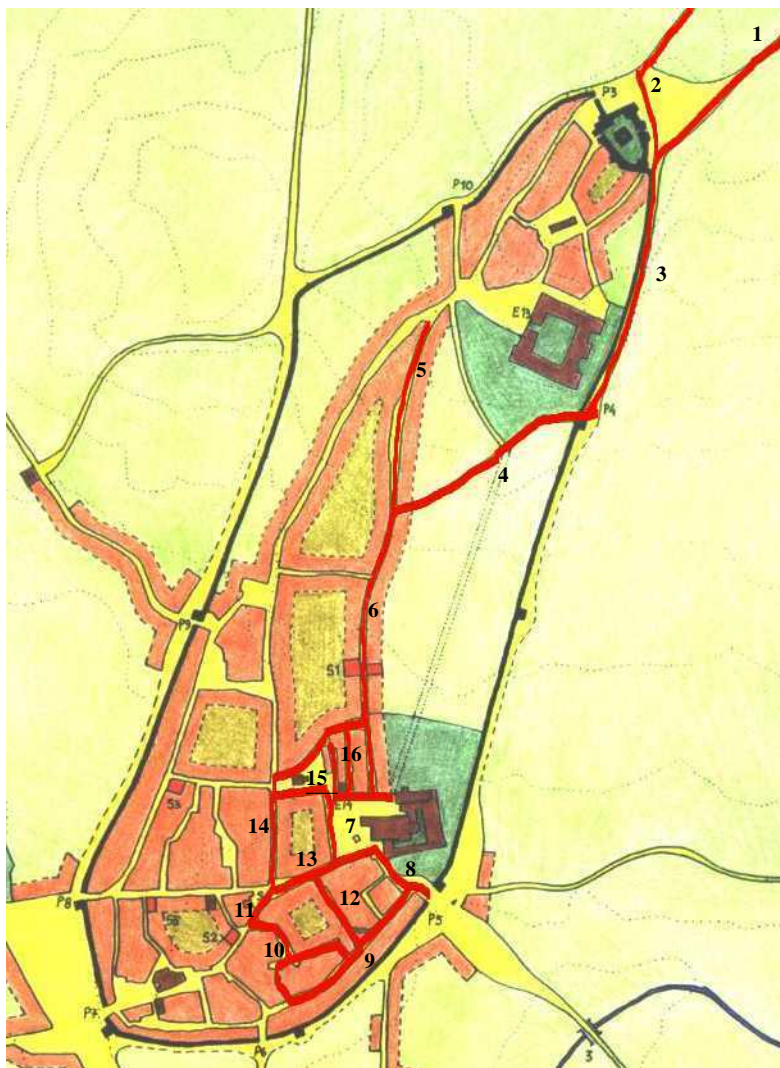


Fig. 3 – Guimarães - Localização das ruas da área analisada⁵

Nº	Rua	Nº	Rua
1	Arcela e Cano	9	Rua Nova do Muro
2	Oliveiras	10	Eirado do Forno
3	Sta. Cruz	11	Tulha
4	Sabugal	12	Rua de Donães
5	Rua da Infesta	13	Rua dos Mercadores
6	Rua de Sta. Maria	14	Rua Escura
7	Praça de Nossa Senhora	15	Praça de S. Tiago
8	Rua do Postigo	16	Boticas

⁵ Fonte: Guimarães, Património Cultural da Humanidade, edição da C.M.G, 2002, pág. 63

BIBLIOGRAFIA

- AMORIM, M. Norberta (1973), *Rebordões e a sua População nos séculos XVII e XVIII. Estudo Demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.
- AMORIM, M. Norberta (1980), *Método de exploração dos livros de registos paroquiais e Cardanha e a sua População de 1573 a 1800*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos, Instituto Nacional de Estatística.
- AMORIM, M. Norberta (1982), *Os Homens e a Morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos (séculos XVII e XVIII)*, Guimarães, ed. Autor.
- AMORIM, M. Norberta, (1983, a) *Exploração de Róis de Confessados duma paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, ed. Autor.
- AMORIM; M. Norberta (1983/4), "S. Pedro de Poiães e a sua População de 1561 a 1830", in *Brigantia*, Bragança.
- AMORIM, M. Norberta (1987), *Guimarães de 1580 e 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- AMORIM, Maria Norberta (1990), "A Família e a sua relação com o meio. Uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída", in *Cadernos do Noroeste*, 3, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta (1991, a), *Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- AMORIM, M. Norberta (1992), *Evolução Demográfica de Três paróquias do Sul do Pico (1680/1980)*, Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.
- AMORIM; M. Norberta (1993), "Nupcialidade e fecundidade diferenciais. Evolução de comportamentos nos últimos três séculos. O caso do Sul do Pico (Açores)", *Boletim de la ADEH*, XI-2, pp. 55-74.
- AMORIM; M. Norberta, (1995, a) "Instabilidade da Família Urbana de Antigo Regime", in *Ler História*, pp. 27-43.
- AMORIM; Maria Norberta, (1995, b) "História da Família em Portugal: uma história em marcha", in *Ler História*, pp. 5-17.
- AMORIM, M. Norberta (1996), "Uma visita a Santa Eulália Antiga de Fafe no início de 1660", sep. *DOM FAFES*, nº3, Câmara Municipal de Fafe.
- AMORIM, M. Norberta (1997), "A diversidade de comportamentos demográficos de Antigo Regime", in *População e Sociedade*, nº 3, CEPFAM, pp. 137-149.
- AMORIM, M. Norberta, (1998), "Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo Minho (1680-1980)", in *Boletim de la ADEH*, XVI - 1, pp.55-78.
- AMORIM, M. Norberta (1999, a) "Suavidade da Morte e Necessidade de Emigrar. O caso de S. João, no Sul do Pico (Açores), nos séculos XVIII e XIX", in ALVES, Hélio Osvaldo (Coord.), *A Diáspora: Raízes e Realidades Culturais*, Guimarães, pp.41-64.
- AMORIM; M. Norberta (1999, b), "O Minho: Comportamentos Demográficos através da Informação Paroquial", in *Ler História*, 36, pp. 9-43.
- AMORIM, M. Norberta e CORREIA, Alberto (1999), *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- AMORIM, M. Norberta (2003), *As famílias de S. João (finais do século XIX), no prelo*.
- ARIÉS, Philippe (1973), *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, Paris, Éditions du Seuil.
- CAPELA, José V. (1989), *A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos*, Barcelos, 1986
- CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de, 1999, *Basto (St° Tecla) – Uma leitura geográfica (do século XVI à Contemporaneidade)*, Guimarães, Universidade do Minho, NEPS.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984a), "Demografia Histórica e História Social", in MARCILIO (org.), *População e Sociedade*, Petrópolis, Vozes.
- DUPÂQUIER, Jacques (1984b), *Pour la Demographie Historique*, Paris, PUF
- DURÃES, Margarida (1987), "Herdeiros e não herdeiros: Nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta", in *Revista de História Económica e Social*, nº21, pp. 47-56. DURÃES, Margarida (1995), "Necessidades Económicas e Práticas Jurídicas: Problemas da transmissão das explorações agrícolas. Séculos XVIII-XX", in *Ler História*, pp. 67-88.
- DURÃES, Margarida (2000), *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII-XIX)*, dissertação de doutoramento, Universidade do Minho, policopiada.
- FERREIRA, Antero (2001), *Sistema de Aquisição de dados para a reconstituição de paróquias. A reprodução social em S. João das Caldas (1600-1900)*, dissertação de mestrado, Universidade do Minho, policopiada.
- FLANDRIN, J.-L., (1979), *Origines de la família moderna*, Barcelona, Critica.

- FLEURY, Michel e HENRY, Louis (1976), *Nouveau Manuel de Dépouillement et d'Exploitation de l'État Civil Ancien*, Paris, INED.
- GARRIDO, E., 1992a, "«Casa y compañía». La familia en la Huerta de Valencia. Algunas reflexiones teóricas y metodológicas", *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XI,2,1993, 9-54
- LASLETT, Peter et ai. (org.) (1972), *Household and family in the past time*, Cambridge. Cambridge University Press.
- MACIEL, Maria de Jesus (1999) *Imagens de Mulheres*, Lajes do Pico, Câmara Municipal das Lajes do Pico e NEPS.
- MAGALHÃES, Justino Pereira, 1994; *Ler e escrever no mundo rural do Antigo Regime. Um contributo para a história da alfabetização e da escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994.
- MONTEIRO, Miguel (2000), *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros*, Fafe, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- MONTEIRO, Miguel (1998), "Mobilidade geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção" in *Boletín de la ADEH*, XVI - 1, pp.97-136.
- NETO, Maria de Lurdes Akola (1959), *A freguesia de Santa Catarina de Lisboa no 1º quartel do século XVIII*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos do INE.
- NEVES, António Amaro das (1998), "Um enigma demográfico: a ilegitimidade no Minho do Antigo Regime", in *Boletín de la ADEH*, XVI - 1, pp. 137-174.
- NEVES, António Amaro das (2001), *Filhos das Ervas. A ilegitimidade no Norte de Guimarães* (séculos XVI-XVIII), Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- NUNES, João Arriscado (1986), "On household composition in North Western Portugal. Some critical remarks and a case study", in *Sociologia Ruralis*, 26, pp 48-49.
- O'NEILL, Brian (1981), "Proprietários, jornaleiros e criados numa aldeia transmontana desde 1886", in *Estudos Contemporâneos*, nº2/3, Porto, pp. 31-73.
- O'NEILL, Brian (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiras - desigualdade social numa aldeia transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- PÉREZ-MOREDA (1980), *Las crisis de mortalidad en la Espana interior, siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veinte Uno.
- CABRAL, João de Pina (1984), "A casa e a família no alto Minho rural", in *Análise Social*. Vol. XX, nº 80, p. 97-112.
- PINA-CABRAL, João de (1989), *Filhos de Adão, Filhas de Eva. A visão do mundo camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- RODRIGUES, Teresa (1986), "Para o estudo dos róis de confessados: a freguesia de Santiago em Lisboa (1630-1680)", *Nova História*, nº2, pp. 79-105.
- ROWLAND, Robert (1981), "Âncora e Montaria, 1827: duas freguesias do Noroeste segundo os livros das Companhias de Ordenanças", *Studium Generale*, 2-3, pp.199-242.
- ROWLAND, Robert (1988), "Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX)" in Pérez Moreda e Reher (org.), *Demografía Histórica en Espada*, Madrid, El Arquero.
- ROWLAND, Robert (1997), *População, Família, Sociedade. Portugal, Séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta Editora.
- SÁ, Isabel dos Guimarães (1995), *A circulação de crianças na Europa do Sul: o exemplo da casa da roda do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi (1999), *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português* (Séculos XVIII e XIX), Guimarães, Universidade do Minho, Monografias NEPS.
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, (1998), "A contribuição da Demografia Histórica para a História da População e da Família em Portugal", in *Boletín de la ADEH*, XVI - 1, pp.297-354.
- SHORTER, Ed. (1977), *Naissance de la famille moderne*, Paris, Éditions du Seuil.
- SILVA; Álvaro Ferreira da (1989), "A "família mediterrânea" - Um trajecto bibliográfico", in *Penélope*, nº 3: 111-127.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1995) "A Solução de um Paradoxo entre duas Abordagens da Família: a Composição do Grupo Doméstico e as Trajectórias Familiares", in *Ler História*, pp. 45-66.